



AnteVer 2011



COMO POSSO CORTAR CUSTOS NA MINHA EMPRESA?

Os custos com o financiamento e a energia vão manter-se elevados, mas poderá haver formas de os atenuar

MIGUEL PRADO, CATARINA ALMEIDA PEREIRA,
ALEXANDRA MACHADO E MARIA JOÃO BABO

Com a perspectiva de aumento do preço das matérias-primas, da subida dos custos da energia e do agravamento das condições de financiamento será difícil às empresas conseguirem cortar significativamente os seus encargos no próximo ano. Também a redução de salários no sector privado não foi colocada ainda em cima da mesa, ao contrário da redução já decretada para a administração pública. O ministro das Finanças já veio dizer que a redução de salários no sector privado reforçaria a competitividade, mas a equipa de Helena André propôs a agilização de mecanismos indirectos, em que o corte é acompanhado da redução do tempo de trabalho, como o "layoff" ou o banco de horas.

Também no que respeita aos preços da energia, apesar dos aumentos previstos, haverá formas de os atenuar. Em 2011, com o mercado de consumos industriais totalmente liberalizado, iniciar um processo de mudança de fornecedor, numa lógica de contenção de custos, poderá valer a pena. No entanto, a efectiva capacidade de conseguir descontos tarifários dependerá muito da estratégia adoptada pelos fornecedores do mercado livre, que estão ainda a desenhar as suas opções para o próximo ano relativamente aos segmentos de consumo onde centrarão esforços comerciais.

Já os custos e o acesso ao financiamento deverão continuar a encabeçar a lista das queixas das empresas. No próximo ano, as restrições ao crédito às empresas deverão manter-se, ou mesmo agravar-se. Em alternativa à banca nacional, as grandes empresas podem aceder ao mercado de dívida internacional. Já as PME terão à disposição, segundo o Governo, linhas de crédito apoiadas pelo Estado.

TÓPICOS

SALÁRIOS

O corte puro e duro dos vencimentos no sector privado não está, até agora, em cima da mesa. A proposta do Governo vai no sentido da agilização de mecanismos indirectos, ou seja, acompanhado da redução do tempo de trabalho.

ENERGIA

A mudança de fornecedor de electricidade, com o mercado de consumos industriais totalmente liberalizado no próximo ano, poderá valer a pena numa lógica de contenção de custos.

FINANCIAMENTO

O acesso a financiamento, quer pela disponibilidade, quer pelo custo, continuará a ser difícil, principalmente para as PME. O Orçamento do Estado para 2011 prevê, contudo, que estas empresas possam ter acesso a linhas de crédito.



Posso cortar nos salários?

A criatividade à mesa das negociações dispara em tempos de crise, mas até os especialistas com interpretações mais liberais chamam a atenção para os riscos inerentes à redução directa de salários, à luz da actual lei: o empregado pode aceitar um acordo, mas acabar por ganhar o processo em tribunal.

"Em última análise, o empregador fica refém de uma eventual acção judicial do trabalhador, colocando em causa o acordo que assinou", explicou recentemente Tiago Cortes, especialista em Direito do Trabalho, ao **Negócios**. Em causa está o artigo 129.º do Código do Trabalho, que proíbe a redução da retribuição, salvo nos casos previstos na própria legislação laboral ou em contratação colectiva. A interpretação mais restritiva do conceito de "remuneração" remete para a remuneração base, mas é frequente os tribunais entenderem que em causa estão todas as componentes que assumam um carácter regular (podendo abranger isenção de horário, abonos para falhas, viaturas ou prémios de produtividade, entre outros). Algumas confederações patronais tentarão minorar estas limitações no processo de revisão do Código do Trabalho, cuja discussão amanhã se inicia. Mas se é certo que o ministro das Finanças considerou que a redução de salários no sector privado "reforçaria a competitividade", em coerência com a sua própria política de redução de salários na administração pública, também é verdade que o tema do corte puro e simples de vencimentos no sector privado ainda não foi oficialmente colocado em cima da mesa.

Em vez disso, a equipa de Helena André propõe a agilização de mecanismos indirectos, em que o corte vem acompanhado de redução do tempo de trabalho, como o "layoff" ou o banco de horas.

O primeiro ministro, José Sócrates, garante, em todo o caso, que já tem novos pacotes de medidas preparados, e que fará "o que as circunstâncias impuserem". **CAP**

Mudar de fornecedor de electricidade vale a pena?

Este ano foram muitas as empresas públicas que lançaram concursos para a contratação de novos fornecedores de electricidade. Em 2011, com o mercado de consumos industriais totalmente liberalizado, a tendência continuará. E, sendo o mercado livre, iniciar um processo de procura de novo fornecedor, numa lógica de contenção de custos, valerá sempre a pena.

Quanto maior for o consumo eléctrico de uma empresa, maior será a sua capacidade negocial na procura de um novo comercializador. No entanto, a efectiva capacidade de conseguir descontos tarifários dependerá muito da estratégia adoptada pelos fornecedores do mercado livre.

Neste momento são seis as empresas que operam no mercado livre: EDP Comercial, EGL, Endesa, Galp Power, Iberdrola e Gas Natu-

ral Fenosa. Como as tarifas para 2011 foram fixadas só a 15 de Dezembro, estas empresas ainda estão a desenhar as suas opções para o próximo ano, no sentido de ver em que segmentos de consumo centrarão os esforços comerciais.

Hoje, os operadores espanhóis já conquistaram mais de metade dos consumos das empresas no mercado liberalizado. Recentemente, a EDP indicou que para 2011 se perspectivava uma reduzida margem para a oferta de descontos substanciais na baixa tensão normal (clientes domésticos).

Quanto aos segmentos empresariais, a subida de 12% das tarifas de acesso às redes, pagas também no mercado livre, não augura margem para descidas de preços. Mas sondar vários fornecedores será sempre uma opção a ter em conta pelas empresas. **MP**

O financiamento vai ser mais barato?

Nos últimos tempos é o acesso ao financiamento, quer pela disponibilidade, quer pelo seu custo, que encabeça a lista de queixas das empresas. Especialmente as PME (pequenas e médias empresas), que não têm acesso ao mercado de dívida internacional, têm falado em menos disponibilidade dos bancos em Portugal para emprestarem dinheiro. Ou, quando o fazem, a custos mais elevados. Em 2011, não se espera que a crise de financiamento desacelere. As restrições ao crédito deverão continuar, quer para os particulares, quer para as empresas. Os bancos continuarão a ter menos liquidez para emprestar e, por isso, as condições a que emprestam continuarão a ser severas. As PME terão ainda à disposição linhas de crédito apoiadas pelo Estado. Pelo menos, no Orçamento do Estado para 2011, o Governo prometeu a continuação da PME Investe, tendo

previsto nesse documento uma dotação para 2011 de três mil milhões de euros. Esta será uma das alternativas de financiamento para as PME, mas haverá outras. Aliás, no âmbito do Orçamento do Estado, o Governo pretende que em 2011 os empresários capitalizem mais as suas empresas, para que financiem projectos com capitais próprios. Por isso, propôs deduzir à colecta uma parte do montante de capital posto nas empresas pelos sócios. Aliás, no Orçamento do Estado para 2011 estão previstas medidas para ajudar nestes financiamentos às PME e micro empresas. É um dos sinais de que 2011 não será um ano fácil em termos de financiamento. Para as maiores empresas, há sempre o mercado internacional. Mas também aqui as taxas de juro poderão não ser convidativas. A resolução dos problemas internos do País é a porta que todos esperam que se abra. **AM**

Ideias para dar sorte a Portugal



Miguel Barreto, Home Energy

"Poupem energia, conheçam a factura"

11. "O meu principal conselho para 2011 é que poupem energia. Poupar energia é um excelente conselho, principalmente no contexto em que estamos, de crise. É importante cortar custos. A energia em muitas empresas, em muitas casas, é um custo importante e, portanto, por que não começar 2011 com um plano para cortar os custos de energia? E, para cortar os custos de energia, o meu primeiro conselho vai para "conhecer". Ou seja, é importante que as pessoas saibam como é que gastam energia. É importante que percamos algum tempo e tentem identificar, na sua factura energética, aquelas duas ou três coisas que muitas vezes representam 80% do custo, e que decidam, de uma vez por todas: "vou actuar sobre estes dois ou três equipamentos, e trocar aquele frigorífico; na minha empresa vou alterar aquele sistema de ar-condicionado". Isso é importante porque ajuda em muitas perspectivas. Ajuda no bolso das pessoas, e neste contexto actual isso é importante. Ajuda à situação do País porque 85% da energia que consumimos em Portugal é importada e, portanto, ao diminuirmos o consumo de energia estamos a diminuir as nossas importações e a contribuir também para a diminuição do défice. E, acima de tudo, estamos a ajudar o ambiente. Isto porque enquanto não temos a totalidade da produção de electricidade com base nas energias renováveis, a verdade é que cada vez que ligamos a luz, ou que utilizamos um equipamento de produção de energia, estamos muitas vezes a gastar carvão, gás natural. E todos esses combustíveis têm emissões de CO2 que provocam gases de efeito de estufa e que, por sua vez, contribuem para as alterações climáticas. Portanto, ao poupar energia, estamos a contribuir para um ambiente melhor para nós e para as futuras gerações. **Ana Filipa Rego**

O acesso ao financiamento vai continuar, em 2011, a ser uma dor de cabeça para as empresas nacionais.